Jovens, identidade e consciência da integração latino-americana

Léia Adriana da Silva Santiago

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTIAGO, L.A.S. Jovens, identidade e consciência da integração latino-americana. In: CERRI, L.F., ed. *Os jovens e a História: Brasil e América do Sul* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018, pp. 187-210. ISBN: 978-85-7798-248-6. <https://doi.org/10.7476/9788577982486.0009>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

JOVENS, IDENTIDADE E CONSCIÊNCIA DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Léia Adriana da Silva Santiago

Neste capítulo, propomos analisar os movimentos que foram ocorrendo em favor de uma integração latino-americana, desde o processo de suas independências até a consolidação do MERCOSUL, e as respostas dadas a algumas questões que foram selecionadas do questionário aplicado aos alunos nas distintas escolas e regiões do Brasil. Neste sentido, intencionamos verificar, nas respostas dadas pelos alunos brasileiros, se estas tentativas de integração foram contribuindo, no ensino de História da Educação Básica, para a construção de uma integração regional, para a formação de uma identidade mais global ou regional, e uma consciência histórica e cidadã, uma vez que esta é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 51).

Assim, nas linhas que seguem, apresentamos as distintas tentativas de integração entre os países latino-americanos e, posteriormente, expomos os resultados obtidos pelas respostas dos alunos.

AS PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DO MERCOSUL

A história da América Latina pós-independência carrega sinais de tentativas de cooperação ou integração entre seus países. Desde o século XIX, período de lutas pelas independências, a ideia de uma matriz integracionista latino-americana foi fundada por libertadores, como Simón Bolívar, Miranda e O'Higgins, ao redor das batalhas revolucionárias, que almejavam se libertar dos colonizadores espanhóis e portugueses (SARAIVA, 1995). Essa ideia de liberdade parece não ter sido entendida de uma única forma pelos homens que lideraram os processos de rupturas com o sistema colonial ibérico. Para Simón Bolívar, principal articulador das independências na

América do Sul, essa liberdade era sinônimo de rompimento com a Espanha, para a criação de nações livres que, unidas em uma confederação, pudessem assegurar os ideais de liberdade e independência. Para Dessalines, líder da revolução escrava no Haiti, a liberdade representava o fim da escravidão. Para outros dominados e oprimidos, como os índios no México, por exemplo, a liberdade passava muito longe da Espanha e muito próxima à questão do direito sobre a terra (PRADO, 1986).

O Brasil, recém-saído da independência e ansioso por construir seu projeto de Estado e Nação, buscou afirmação internacional por meio do reconhecimento da independência.

A jovem nação brasileira desejou afastar-se moderadamente do velho continente, aproximando-se das nações americanas. No entanto, o processo de aproximação com as repúblicas sul-americanas foi caracterizado por surtos de maior ou menor intensidade.

O primeiro e segundo reinados seguiram padrão isolacionista. Esse isolacionismo ocorreu, especialmente, por prevenção dos países vizinhos, distanciados do Brasil pela forma de governo, obstáculos de linguagem, assim como pela recordação da política expansionista do sistema lusitano.

Havia, também, outro fator que agravava este distanciamento entre os países latino-americanos: entre eles existia pouca unidade de propósitos, pois eram escassas as possibilidades de cooperação econômica entre regiões e países especializados em poucas matérias-primas de exportação.

Com a república, o conceito unitário continental deixava o terreno do igualitarismo latino-americano para transformar-se em um sistema de estados sob a liderança, especialmente no campo econômico, dos Estados Unidos.

No entanto, ao final das guerras mundiais, foram surgindo organismos como a Organização das Nações Unidas – ONU e suas organizações (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura-UNESCO; Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF; e o Fundo Monetário Internacional - FMI).

Como consequência disto, em julho e agosto de 1947, na reunião do Conselho Econômico e Social da ONU, aparece o tema da criação de uma Comissão Econômica para a América Latina. Frente ao surgimento deste tema durante a reunião, em primeiro de agosto de 1947, é apresentada a proposta efetiva de criação da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, que foi aprovada em fevereiro de 1948.

Integrando todos os países do hemisfério, com participação também dos Estados Unidos, Alemanha, Coreia, Grã-Bretanha, França, Holanda e Itália, com sede no Chile, a CEPAL estende sua atividade até a época presente. Esta Comissão tinha como objetivo a criação de um pensamento latino-americano que fosse autônomo em relação às Teorias Clássicas de Comércio Internacional¹. Segundo ela, a desarmonia existente entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos configurava um padrão de dependência destes últimos na economia mundial. Para a CEPAL, a superação dessas condições desarmonicas deveria passar por uma mudança estrutural das economias, consideradas periféricas (SILVA, 2005).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o governo argentino passou a priorizar o relacionamento com seus países vizinhos, porque seu objetivo era conformar uma união política e alfandegária na América do Sul, centrada no Cone Sul. Para isto, Perón necessitava primeiramente integrar-se ao Brasil² para, posteriormente, se integrar aos demais países da América do Sul e, em seguida, à América Latina.

Assim, Perón buscou articular acordos, com o propósito de estreitar laços com seus vizinhos, especialmente com o Brasil. Em 1948, ele apresentou aos governos do Brasil, do Chile, do Peru e da Bolívia uma proposta de união alfandegária denominada de Bloco Austral, à qual o Brasil, sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, opôs-se veementemente (LEME, 2006).

¹ As teorias clássicas foram fundadas por Adam Smith e David Ricardo e formuladas como uma crítica ao “sistema mercantil”, ou seja, “precisamente ao sistema no qual os governos trataram as economias nacionais como conjuntos a serem desenvolvidos pelos esforços e políticas estatais. O livre-comércio e o livre-mercado se dirigiam precisamente contra esse conceito de desenvolvimento econômico nacional, que Smith acreditava ter demonstrado ser contraprodutivo” (HOBBSAWN, 2008, p. 38).

² Perón entendia que a integração com o Brasil constituía uma etapa fundamental para que fosse atingida uma integração na América do Sul.

O retorno de Getúlio Vargas à presidência do Brasil colocou na pauta destes dois países a ideia da formação de um eixo argentino e brasileiro, já com a participação do Chile. Vargas mostrou-se simpático à tentativa de um novo acordo, que teve como objetivo a formação de uma união aduaneira e política entre Argentina, Brasil e Chile. (LEME, 2006)

No entanto, Vargas encontrou forte oposição a respeito dessa intensificação nas relações com a Argentina e a assinatura deste novo acordo. A reação de setores do governo, da imprensa e da classe empresarial foi imediata, alegando existirem intenções hegemônicas no projeto de Perón. Esta oposição resultou no afastamento das relações do Brasil com os outros dois países, e no enfraquecimento do presidente Vargas (LEME, 2006).

Com a ascensão de governos democratizados na América Latina, eles passaram a apregoar uma proposta de autonomia em relação ao desenvolvimento econômico, que não era vista com bons olhos pelos Estados Unidos. Assim, Juscelino Kubitschek lançou, em 1958, um projeto que propunha a revisão do pan-americanismo, denominado de Operação Pan-Americana - OPA. Esta tinha como diretrizes a intensificação do investimento em áreas economicamente atrasadas do Continente, a proteção dos preços dos produtos de base contra as excessivas flutuações, a criação de programas de assistência técnica para a melhoria da produtividade e a atualização necessária dos organismos financeiros internacionais para a ampliação de seus recursos. Estas diretrizes foram discutidas em uma reunião em nível político do Continente e gerou a criação do Comitê dos 21³, com o consentimento dos Estados Unidos. (SILVA, 2005)

A proposta da OPA foi bem recebida pelos países latino-americanos, embora houvesse o temor de ficarem sob a dependência de uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos. Também foi por intermédio desta operação que se formalizaram decisões conjuntas, como a criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio - ALALC, e o encontro de Uruguaiana, em 1961, no qual foram firmados vários acordos entre Brasil e Argentina (SILVA, 2005).

³ Formado por 21 Repúblicas Americanas.

A ALALC, conforme descrito por Momma (2001), teve origem em 1961, a partir de entendimentos entre o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai em relação ao estímulo à complementação econômica dos países do Cone Sul e a criação de um mercado comum. Participavam da ALALC todos os países sul-americanos, com exceção das Guianas. Esse acordo tinha como objetivo estimular a industrialização e a diversificação das economias dos países latino-americanos, a redução de sua dependência dos países mais industrializados e visava à constituição de uma zona de livre comércio⁴ em um prazo de doze anos. Essa *associação* teve a vigência de 20 anos; porém, sem resultados significativos, pelo fato de que todos queriam abrir os mercados dos demais para seus produtos, mas ninguém queria abrir seu próprio mercado para ninguém. No final da década de 1970, os países participantes da ALALC negociaram um novo tratado, menos ambicioso e mais flexível, a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI.

Inaugurada em agosto de 1980, com o Tratado de Montevideu, a ALADI teve como objetivo a total liberalização do comércio entre seus onze países-membros⁵. Mesmo se apresentando como um acordo modesto, ele foi tido como um projeto bastante frágil, devido às disparidades existentes entre os países envolvidos, tanto em relação ao desenvolvimento econômico como pela condução de suas políticas.

Com a instauração dos regimes militares, o processo de integração enfrentou dificuldades. Os planos nacionais de desenvolvimento econômico, apregoados pelos regimes militares no Brasil e na Argentina, possuíam uma acentuada tendência autonomista, que inibiu qualquer proposta de integração regional (LEME, 2006).

Deste modo, as tentativas de uma integração latino-americana, vistas até a instauração dos regimes militares, na década de 1970, estiveram quase que exclusivamente restritas às questões políticas e econômicas, não apresentando sinais de uma integração que incluísse as questões culturais e educacionais. Foram

⁴ A zona de livre comércio propõe eliminar as barreiras tarifárias e não-tarifárias que incidem sobre o comércio dos produtos, permitindo o livre fluxo do comércio entre os países integrantes do acordo (MOMMA, 2001).

⁵ Integravam a ALADI: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e México (MOMMA, 2001).

tentativas que não surgiram da sociedade civil, expressando-se através das forças políticas, mas surgiram quase que exclusivamente das entranhas do Estado.

Estas tentativas também mostraram que havia elementos de desconfiança⁶ nas relações entre o Brasil e os demais países, que geraram dificuldades em manter um processo contínuo de integração. Neste sentido, é possível pensar que a preocupação que se acentuou com a questão do nacionalismo no Brasil, ao final do século XIX e decorrer do século XX, também pode ter cooperado para o distanciamento deste com os demais países. Até mesmo no contexto da sala de aula, pesquisas têm apontado que o estudo da América Latina resumia-se a alguns tópicos de um extenso programa da história das civilizações (SANTIAGO, 2012).

Todavia, quando se pensa na construção do MERCOSUL, este teve fatores que favoreceram a sua formação e a inclusão do tema da Educação para os países que compunham o bloco.

Em 1991 nascia oficialmente o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, fruto de um novo processo de aproximação iniciado com Brasil e Argentina; da abertura dos mercados internos dos países periféricos; da redemocratização dos países latino-americanos e da vulnerabilidade destes países, se continuassem isolados. (SANTIAGO, 2012)

Vigevani e Ramanzini Jr (2009) descrevem que as posições do Estado brasileiro em relação ao processo de integração do Cone Sul foram e seguiram no governo de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, relacionadas a um real interesse pela integração, mas este interesse não esteve desvinculado do objetivo de garantir melhores condições de inserção em outras arenas internacionais. A projeção externa do Brasil tem sido perseguida mediante intensa participação em foros políticos e econômicos, regionais e multilaterais, na busca de preservação do país ante os riscos de vulnerabilidade, e na tentativa de aumentar o próprio poder e se posicionar em distintos tabuleiros, globais ou regionais, com distintas posturas, tal como ocorreu

⁶ Saraiva (1995) observa que um dos elementos de desconfiança fazia lembrar a suspeita de Simón Bolívar em relação ao Brasil, quanto ao fato de que o império brasileiro, sendo regido pelo filho do rei de Portugal, D. Pedro I, podia significar a persistência das ideias de recolonização da Santa Aliança em território americano.

com a formação do MERCOSUL e, posteriormente, da União das Nações Sul-americanas - UNASUL.

Assim, com o nascimento do MERCOSUL, a necessidade de integração, não somente econômica, também política, social e cultural, foi se tornando cada vez mais emergente. Estas políticas de integração, em outros âmbitos, foram sendo justificadas pela urgência de investimento estratégico na formação de recursos humanos e pela integração cultural e científica através do intercâmbio entre os distintos países, o que, necessariamente, não excluiu o viés econômico (RAIZER; FACHINETO; NEVES, 2006).

Deste modo nascia, ainda no ano de 1991, o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), que considerava, entre outros aspectos,

- Que a Educação tem um papel fundamental para que esta integração se consolide e se desenvolva;
- Que a herança cultural dos povos latino-americanos e, particularmente, dos Estados Membros do MERCOSUL, é comum;
- Que o fator humano e a qualidade dos habitantes da Região constituirão uma sólida garantia de êxito no processo de integração;
- Que para fortalecer a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, é fundamental considerar a Educação como elemento dinamizador que permitirá acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social e consolidar o caminho da integração;
- Que da Educação depende, em grande parte, da capacidade dos povos latino-americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua identidade ante os desafios do mundo contemporâneo (BRASIL, 1991, p. 1).

Com estes objetivos em pauta, o SEM foi estabelecendo, desde 1992, planos de ação que incluíam propostas para o ensino de História e Geografia nas escolas do MERCOSUL. Estas propostas foram discutidas em seminários bienais do ensino de História e Geografia, ocorridos entre os anos de 1997 a 2002.

Das discussões trazidas pelos especialistas nestes seminários, existiu um consenso de que os conteúdos de América Latina, no ensino de História dos países signatários do MERCOSUL, devem valorizar o que há de comum

em suas trajetórias, para possibilitar a identificação de traços identitários comuns e favorecer o processo de integração regional. Os discursos também manifestaram os impasses entre a troca de paradigmas, que permite o enfoque histórico centrado na América Latina, e a inclusão de conteúdos no interior de uma história geral, que não pode mais ser ensinada apenas a partir do ponto de vista da Europa. Como eixos comuns para o desenvolvimento dos conteúdos históricos específicos em cada país, foi definido o estudo da história das sociedades e das culturas indígenas americanas, a diversidade cultural e os aspectos comuns, a construção da democracia e o processo de integração na região.

Além dos eixos, outros conteúdos foram expostos nos discursos proferidos pelos especialistas, no decorrer dos seminários. Estes conteúdos foram: Fronteiras como espaço de intercâmbio e isolamento; passado colonial na perspectiva dos estudos comparados; os conflitos entre Estados nacionais em uma perspectiva regional; as ditaduras militares recentes e os circuitos de exílio; a produção cultural em uma perspectiva histórica; a Educação Patrimonial; a destruição das formas de vida dos indígenas e o aparecimento de novos conceitos, como conquista, cristianismo e aculturação; a entrada dos países americanos no mercado mundial como provedores de matéria-prima; o surgimento da burguesia industrial e da classe operária; o populismo; a abertura para o capital estrangeiro e a dívida externa; globalização (economia mundializada e o retorno à democracia).

Entretanto, a despeito do que tem sido trabalhado pelo MERCOSUL Educacional, desde o ano de 1992, no intuito de aprovar uma proposta curricular de História que tenha o enfoque regional e que contribua na construção de uma identidade regional, pesquisas já realizadas com currículos, livros didáticos e professores têm apontado para a veiculação de poucos conteúdos, limitando-se especialmente ao estudo do passado latino-americano vinculado à história europeia.

OS JOVENS E A AMÉRICA LATINA

Quando consideramos as respostas dadas pelos alunos ao questionário, percebemos que ainda há, entre eles, a compreensão de que o

maior objetivo da História é o conhecimento do passado. Este objetivo dá à História o significado de que ela explica os problemas atuais, ou assinala uma forma de entender a *minha* vida como parte das mudanças. Entretanto, ao contrário do esperado, os estudantes demonstraram que os objetivos de compreender o presente e orientar para o futuro, no estudo da História, carregam praticamente a mesma relevância que o objetivo de conhecer o passado. Ao menos em nível declaratório ou em termos de expectativas, os respondentes indicam uma concepção de utilidade da História em que o conhecimento do passado integra-se às dimensões presente e futura nos objetivos da disciplina.

Tabela 1 - Respostas dos estudantes à questão 2 do instrumento de coleta de dados

4. Em sua opinião, qual a importância de cada um dos seguintes objetivos ao se estudar a história *:		
	Respostas válidas	Média Geral
a) Conhecer o passado	2364	,99
b) Compreender o presente	2375	,93
c) Buscar orientação para o futuro	2380	,81

Fonte: Projeto *Jovens e a História no MERCOSUL* (2013). Elaboração da autora.

* Respostas transformadas em escala numérica: Muito pouca importância = -2; pouca importância = -1; mais ou menos = 0; importante = 1 e muito importante = 2.

Os resultados da tabela 1 podem ser interpretados praticamente como uma convocação dos alunos por um ensino de História que articule o conhecimento do passado com a reflexão sobre o presente e o futuro. Nesta perspectiva, se olharmos as pesquisas realizadas no Brasil por Dias (2004), Silva (2006), Koling (2008) e Santiago (2012), os livros didáticos, nos currículos e em entrevistas com professores, sobre os conteúdos referentes à América Latina, a partir da década de 1950 e posteriormente à formação do MERCOSUL, vemos que os conteúdos veiculados se mantêm tematizando o passado, com o contato dos povos americanos e os hispânicos, no final do século XV e XVI; a América colonial, entre os séculos XVI ao XVIII; e os processos de independência da América Latina, no século XVIII. A escassez de articulação com a história recente, entretanto, pode ser um fator que empurra para baixo o interesse dos alunos. As respostas

também sinalizam que é justamente para os períodos entre 1500 e 1800, entre os séculos XV a XVII, que aparece o menor interesse dos alunos (tabela 2). Cumpre observar que não se trata de desinteresse, mas de menor interesse médio, ou seja, uma média próxima de zero indica uma distribuição equilibrada entre indiferença, interesse e desinteresse, como se pode verificar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Histograma das respostas à questão *Qual é o seu interesse nos seguintes períodos da história?**

Fonte: Projeto *Jovens e a História no MERCOSUL* (2013). Elaboração da autora.

* Legenda do eixo x: nenhum = -2; pouco = -1; médio = 0; grande interesse = 1 e interesse total = 2

Esta curva de interesses por períodos da História vista abaixo, na tabela 2, mantém o mesmo desenho em todas as amostras nacionais, e tende a manter-se, mesmo quando os dados são desagregados por variáveis diversas, como sexo, tipo de escola, maior ou menor interesse, ou opinião sobre a utilidade da disciplina História (ver CERRI, 2016). Em suma, esse pode ser um fator que interfere negativamente no interesse dos estudantes pelos assuntos de História da América, que normalmente são oferecidos pelo currículo escolar, o que, por sua vez, pode estar entre os fatores que, somados, explicam as dificuldades culturais nos processos de integração em curso.

Tabela 2 - Respostas dos estudantes à questão 16 do instrumento de coleta de dados

16. Qual seu interesse pelo seguinte período da história *:		
	Respostas válidas	Média
a) A origem dos seres humanos	2372	,34
b) Mundo antigo	2349	,22
c) Idade Média (aprox. de 500 a 1500)	2351	,13
d) O período entre 1500 e 1800	2341	,01
e) O período entre 1800 a 1945	2345	,17
f) De 1945 até os dias de hoje	2359	,65

Fonte: Projeto *Jovens e a História no MERCOSUL* (2013). Elaboração da autora.

* Respostas transformadas em escala numérica: nenhum = -2; pouco = -1; médio = 0; grande interesse = 1 e interesse total = 2.

Contudo, cabe ainda observar que este *menor interesse* dos alunos pelos assuntos relacionados à História da América persiste em outras questões levantadas, como é o caso da questão 18 (tabela 3). Nela, por um lado, está exposta que a menor porcentagem de interesse de estudos refere-se aos *outros países da América Latina*, embora, dentro da escala Likert, a média incida sobre *médio interesse*. Por outro lado, o estudo da história do mundo, excluindo a América Latina, assim como a história nacional, aparece com resultados médios próximos à resposta, *grande interesse*. Tais fatos presentes nas respostas podem estar relacionados à construção de uma memória, inclusive escolar, que insistiu no distanciamento entre o Brasil e os países hispano-americanos e caribenhos, pela necessidade de erigir e fortalecer uma identidade nacional, que levou muitos historiadores, cientistas sociais e ensaístas a reforçar as nossas diferenças em relação aos demais países americanos. Neste sentido, o sistema educativo, em geral, e a História, em particular, apareceram como peças essenciais do mecanismo construído para consolidar o Estado. Petitat (1994, p. 163), observa que a nação e o cidadão são forjados na escola, porque a estatização do ensino “acarreta uma transformação nos temas de referência ideológicos e culturais, que passam a ser o elogio da pátria, história e geografia nacionais, história dos costumes nacionais e das virtudes exemplares”. Assim, este distanciamento, de certa maneira, foi incorporado pela sociedade

brasileira, que tem mantido, como latino-americanos, uma identificação fluida, variável, mais ou menos presente, dependendo das circunstâncias e do momento histórico.

Para Baggio (2001), não há dúvida de que as diferenças são, em geral, mais destacadas do que as similitudes. “A América Hispânica - vista a partir de olhares brasileiros - é uma ‘outra’ América, ainda que façamos parte deste todo complexo e contraditório denominado América Latina” (BAGGIO, 2001, p. 18).

Tabela 3 - Respostas dos estudantes à questão 18 do instrumento de coleta de dados

18. Qual seu interesse sobre a história dos seguintes lugares *:		
	Respostas válidas	Média
a) A história da localidade onde vivo	2378	,08
b) A história da minha região	2377	,19
c) A história do Brasil	2372	,53
d) Outros países da América Latina	2362	,04
e) A história do mundo, excluindo a América Latina	2378	,39

Fonte: Projeto *Jovens e a História no MERCOSUL* (2013). Elaboração da autora.

* Respostas transformadas em escala numérica: nenhum = -2; pouco = -1; médio = 0; grande interesse = 1 e interesse total = 2.

Neste distanciamento do Brasil com os demais países da América Latina, coube observar, na questão 17 (tabela 4), que as guerras e as ditaduras e a cultura dos países distantes estão entre os temas da História que mais interessam aos alunos. A resposta a respeito das ditaduras não evidencia claramente se esta se refere ao circuito das ditaduras presentes na América Latina. Contudo, o estudo das culturas distantes parece novamente sinalizar para esta memória que distanciou o Brasil dos seus vizinhos, como também mostra que as tentativas de integração realizadas ao final do século XIX e ao longo do século XX, não serviram de estímulo para a troca de conhecimentos culturais, ou mais especificamente, de uma integração cultural.

Para além das próprias tentativas de integração, que pouco serviram como elemento de aproximação cultural entre os países, o professor, no

interior da sala de aula, pouco pode contar, no Brasil, com um entorno cultural, jornalístico, midiático e informal para complementar seu ensino sobre a América Latina. Da diversidade de elementos que, em História, se imbricam em seu ensino, como os valores e as representações da cultura de massa, o professor é extremamente carente. A carência deste ou de outros elementos inseridos no ensino que o professor veicula, interfere, de certa maneira, nas escolhas e nos interesses dos alunos.

Tabela 4 - Respostas dos estudantes à questão 17 do instrumento de coleta de dados

17. Qual seu interesse pelos seguintes temas da história:		
	Número Válido	Média Geral
a) A vida cotidiana das pessoas comuns	2375	,28
b) Reis, presidentes e personagens politicamente importantes no poder	2382	,18
c) Aventureiros e grandes descobridores	2360	,53
d) Guerras e ditaduras	2355	,65
e) Culturas de países distantes	2355	,53
f) formação das nações	2360	,22
g) O desenvolvimento da democracia	2347	,05
h) A interferência do homem no meio-ambiente	2357	,37
i) O desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio	2355	,09
j) história de assuntos específicos (por exemplo: a história dos carros, da Igreja, da música, etc.)	2369	,40
k) A história da sua família	2360	,83

Fonte: Projeto *Jovens e a História no MERCOSUL* (2013). Elaboração da autora.

* Respostas transformadas em escala numérica: muito pouca = -2; pouca = -1; média = 0; importante = 1 e muito importante = 2.

Neste sentido, como observa Souza (2006, p. 5), a respeito dos estudos sobre a América Latina, no ensino de História,

a dificuldade de inclusão da América Latina nos conteúdos de ensino advém desse distanciamento que temos em relação aos contextos sócio-político-cultural dos países do continente. Não se trata apenas da forma acanhada como o currículo acadêmico trata o continente americano, embora isso contribua muito para o silêncio e o esquecimento a respeito do assunto. É um distanciamento enorme, agregado a um desprestígio a respeito desses países e dessas sociedades;

um pessimismo acentuado a respeito da superação das dificuldades econômicas e políticas; uma ignorância sobre as possibilidades e potencialidade dos mesmos. A América Latina adentra, em parte, no rol de informação que circula no Brasil, na condição de áreas de exotismo e desgoverno político.

Considerando que o conhecimento histórico escolar é geral e formativo, o seu ensino, ao ser realizado no espaço escolar, não depende somente da boa vontade do professor, mas ele resvala nas questões curriculares, nas abordagens teóricas da ciência de referência, no mercado editorial, nas mídias em geral e em uma cultura que permita apreciar a identidade latino-americana em sua positividade, questionamos: para o que vêm servindo as distintas tentativas de integração que o Brasil tem realizado com os países vizinhos? Como tais tentativas de integração têm contribuído para uma perspectiva latino-americana no ensino de História, ante o predomínio de uma abordagem eurocêntrica? Como as próprias perspectivas de *integração* têm se construído no ensino de História?

Finocchio (1998), no primeiro seminário de especialistas no ensino de História e Geografia, do MERCOSUL Educacional, realizado em 1997, já questionava de que maneira o ensino de História poderia contribuir para a democratização da integração, em termos culturais. Neste sentido, como resposta a esta pergunta, a própria autora considerava a importância de refletir a respeito da função da História no contexto do MERCOSUL; de divulgar o que estava sendo produzido de conhecimentos históricos sob uma perspectiva regional; de definir conteúdos escolares que fossem legitimados por essa produção; e de advertir sobre os problemas com a circulação de livros e o estado de pobreza das bibliotecas em relação a esta temática.

Tal questionamento colocado por Finocchio (1998), há vinte anos, parece que ainda precisa ser pensado e refletido pelo próprio MERCOSUL e atualmente pela UNASUL. Entretanto, não podemos deixar de observar que, entre as muitas idas e vindas dos processos de integração que o Brasil participou, as transformações recentes vivenciadas por ele e por outros países latino-americanos configuraram um alinhamento político à direita, e tornaram manifesto um fascismo xenofóbico, uma cultura individualista e um ódio de classe, difundido pela grande mídia e pela internet (BAROM, 2017).

Se esta configuração, iniciada pelos anos de 2013, dará novos rumos ao processo de integração, esperamos que ela proporcione canais de aproximações culturais, que possibilitem, ao aluno, conhecer ou reconhecer *o que está moda na Argentina, o que aconteceu na Bolívia, o personagem de uma novela colombiana, um filme chileno, uma música peruana, a capa de um livro com uma imagem olmeca, um templo maia, um escritor cubano, o calendário asteca, um prato mexicano. Contrariando* algumas percepções postas nas linhas anteriores, o que vemos como resultado da questão 40 (tabela 5), ao tratar da importância dos processos de integração da América do Sul, aproxima de *grande interesse*, dentro da escala Likert, os *Programas que facilitem que os cidadãos estudem e trabalhem em outros países da região e as Iniciativas que deem mais acesso a livros, filmes e músicas produzidas em outros países da América do Sul.*

Tabela 5 - Respostas dos estudantes à questão 40 do instrumento de coleta de dados

40. Sobre os processos de integração da América do Sul, que importância tem o seguinte*:		
	Respostas válidas	Média
a) Acordos para aumentar o comércio entre os países.	2293	,67
b) Programas que facilitem que os cidadãos estudem e trabalhem em outros países da região.	2290	,86
c) Construção de estradas, ferrovias, gasodutos e obras que conectem os países do continente.	2274	,62
d) Iniciativas que promovam uma integração mais solidária entre os povos da região.	2283	,66
e) Iniciativas que deem mais acesso a livros, filmes e músicas produzidas em outros países da América do Sul.	2277	,70

Fonte: Projeto *Jovens e a História no MERCOSUL* (2013). Elaboração da autora.

* Respostas transformadas em escala numérica: muito pouca = -2; pouca = -1; média = 0; importante = 1 e muito importante = 2.

A presença de pouco interesse, médio interesse e grande interesse nas respostas dadas pelos alunos parece evidenciar as próprias dificuldades que

o MERCOSUL, a UNASUL e a comunidade epistêmica encontram, sobre o que dizer a respeito da história da América Latina que deve ser ensinada.

Contudo, tal questão ainda está distante de uma síntese, especialmente quando vemos as ideias que os alunos têm sobre as nações e o país, e o fato de que estes devem ceder parte da sua soberania a organismos internacionais (como a ONU, o MERCOSUL), presentes na resposta 36 (tabela 6).

Tabela 6 - Respostas dos estudantes à questão 36 do instrumento de coleta de dados

36. Que ideias você tem sobre as nações e o país? *		
	Respostas válidas	Média
a) As nações nascem, crescem e morrem na História, como acontece com tudo.	2309	-,14
b) As nações são coisas naturais por uma origem, por uma língua, pela história e pela cultura.	2298	,51
c) As nações são o desejo da criação de um futuro, apesar das diferenças culturais do passado.	2293	,47
d) Os países devem ceder parte da sua soberania a organismos internacionais (como a ONU, o MERCOSUL).	2282	,14
e) Os interesses do meu país devem ser defendidos a todo custo, inclusive por força militar.	2289	,10

Fonte: Projeto *Jovens e a História no MERCOSUL* (2013). Elaboração da autora.

* Respostas transformadas em escala numérica: muito pouca = -2; pouca = -1; média = 0; importante = 1 e muito importante = 2.

As respostas na média encontram-se dentre da faixa de concordância parcial. O detalhamento desses resultados aponta que predomina, entre os estudantes, uma concepção romântica de nação, entendendo que ela resulta de forças naturais, telúricas ou espirituais pouco ligadas à vontade humana ou à capacidade de optar politicamente, como povo. As razões para essa predominância dependem de um estudo à parte para serem delimitadas com clareza, mas é possível identificar, nas respostas da tabela 6, que a visão da nação como um resultado da natureza (afirmação 36b) sobrepõe-se à ideia de nação histórica com começo, meio e fim (afirmação 36a). Pode-se sustentar a hipótese de que esta visão está ligada ao modo como se ensina a História, na qual o enfoque ou o quadro narrativo estão desenhados

de modo nacional, como se essa fosse uma categoria pré-existente, que nunca é problematizada. Assim, é mais fácil encontrar a explicação de que os índios foram os primeiros habitantes do Brasil, do que a explicação de que os índios estavam aqui antes que o Brasil fosse criado pelo processo histórico cheio de possibilidades e caminhos variados, dentre os quais resulta o país como o conhecemos.

A concepção da nação como um resultado natural, cujo desenrolar, de certo modo, supera o protagonismo da ação humana, política e histórica, está relacionada a admitir a cessão de parte da soberania a organismos internacionais ou, em outros termos, a relativização da predominância absoluta do interesse nacional, conforme se demonstra na Tabela 7.

Tabela 7 - Cruzamento entre as respostas às afirmações 36a e 36d

36a. As nações nascem, crescem e morrem na História, como acontece com tudo X 36d. Os países devem ceder parte da sua soberania a organismos internacionais (como a ONU, o MERCOSUL)		Percentual válido
Discordo totalmente que as nações nascem, crescem e morrem na História, (...)	Discordo totalmente que os países devem ceder parte da soberania	10,4
	Discordo que os países devem ceder parte da soberania	19,1
	Concordo em parte que os países devem ceder parte da soberania	32,8
	Concordo que os países devem ceder parte da soberania	21,9
	Concordo totalmente que os países devem ceder parte da soberania	15,8
Discordo que as nações nascem, crescem e morrem na História, (...)	Discordo totalmente que os países devem ceder parte da soberania	3,9
	Discordo que os países devem ceder parte da soberania	25,2
	Concordo em parte que os países devem ceder parte da soberania	40,2
	Concordo que os países devem ceder parte da soberania	23,6
	Concordo totalmente que os países devem ceder parte da soberania	7,1
Concordo que as nações nascem, crescem e morrem na História, (...)	Discordo totalmente que os países devem ceder parte da soberania	3,3
	Discordo que os países devem ceder parte da soberania	17,1
	Concordo em parte que os países devem ceder parte da soberania	34,4
	Concordo que os países devem ceder parte da soberania	37,2

continua

*conclusão***36a. As nações nascem, crescem e morrem na História, como acontece com tudo X 36d. Os países devem ceder parte da sua soberania a organismos internacionais (como a ONU, o MERCOSUL)**

Concordo que as nações nascem, crescem e morrem na História, (...)	Concordo totalmente que os países devem ceder parte da soberania	7,9
Concordo totalmente que as nações nascem, crescem e morrem na História, (...)	Discordo totalmente que os países devem ceder parte da soberania	11,3
	Discordo que os países devem ceder parte da soberania	13,3
	Concordo em parte que os países devem ceder parte da soberania	24,7
	Concordo que os países devem ceder parte da soberania	23,3
	Concordo totalmente que os países devem ceder parte da soberania	27,3

Fonte: Projeto *Jovens e a História no MERCOSUL* (2013). Elaboração da autora.

Verificamos que há uma tendência de relação direta entre aceitar a historicidade, o nascimento e a morte das nações, a uma disposição a ceder parte da soberania a organismos internacionais ou, em outros termos, relativizar a nação como foco absoluto da mobilização dos interesses. Uma conclusão provisória, aqui, é que um processo de integração supranacional pode se beneficiar de um ensino que não estabeleça a nação (em oposição ao mundo) como seu único foco narrativo.

CONSIDERAÇÕES

Um processo de integração é consequência de um elevado grau de comunicação entre os parceiros envolvidos, gerando uma situação nova, tanto na forma pluralista como na forma de amálgama. Este processo é gerado no intergovernamentalismo, a partir de uma gradação que vai desde a negociação dos interesses dos países envolvidos, até versões mais sofisticadas, definindo-o como um regime intergovernamental que objetiva administrar a interdependência econômica, política e militar entre Estados, negociando sempre políticas de coordenação e integração (MARRA, 2008).

Para haver a integração, é necessário um ato consensual adotado pelos países; um critério diferente do tradicional, no que se refere à soberania das

nações, uma vez que se aceita a constituição de entidades supranacionais, que ditam normas legais que passam a ser seguidas no Direito interno de cada país; a formação de uma federação de países, embora respeitando as individualidades e características nacionais (MARRA, 2008).

Marra (2008), citando Schaposnik, aponta uma série de razões que justificam a integração:

- solucionar obstáculos tarifários e administrativos, “dumping” e subsídios que provocam uma séria deterioração na relação real dos termos de intercâmbio;
- aumentar o nível ocupacional a índices superiores ao crescimento da população ativa e elevar as condições de vida dos setores com rendas mínimas;
- obter uma melhor negociação internacional por meio da exportação de produtos com maior valor agregado;
- produzir tecnologia adequada às necessidades básicas da população e regular uniformemente o mercado de tecnologia;
- melhorar as pautas de distribuição da riqueza;
- coordenar e alcançar um desenvolvimento auto-sustentável;
- criar uma moeda única para intercâmbios regionais;
- inserir-se, em melhores condições, no cenário internacional;
- formular novos esquemas para confeccionar o modelo de desenvolvimento político, econômico, social e cultural, que seja funcional à dimensão dos países;
- melhorar a capacidade de mão de obra para aumentar as rendas e níveis de vida;
- suprimir ou atenuar os antagonismos que dividem os países, pondo fim às lutas que os afetam e desenvolvendo ativa e concretamente a solidariedade (MARRA, 2008, p. 251, grifos do autor)

Esse elevado grau de comunicação entre os parceiros, citados pela autora como componente importante para um processo de integração, pode ser erigido no contexto escolar, desdobrando-se na construção de uma consciência do Ser latino-americano, do identificar-se como latino-americano. Isto porque o próprio Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) compreende que as escolas dos Estados signatários são consideradas um espaço onde culturas regionais podem se constituir e atuar no sentido de uma efetiva consciência de integração e da identidade regional. Todavia,

compreendemos, assim como Gadotti (2007), que tanto o MERCOSUL, como agora a UNASUL, necessitam se tornarem conhecidos nas escolas. Os projetos do MERCOSUL educacional não são acessíveis, nem para a sociedade civil e nem para a escola. Gadotti, já em 2007, apontava para a necessidade de democratizar o MERCOSUL, fazer com que as pessoas o conhecessem e tivessem consciência da necessidade do fortalecimento dos laços de integração, como um modo de dinamizar a economia, a tecnologia e as condições de vida dos Estados signatários. O autor ainda assinalava que, para isto, era importante que se introduzisse, na formação dos professores, o componente MERCOSUL, pois o professor precisa estar convencido da importância da integração regional, para reconhecer a necessidade do desenvolvimento de uma identidade regional e comunitária.

Diante do que foi exposto nas páginas acima, vimos que as tentativas de integração latino-americana aconteceram baseadas em contextos políticos e econômicos favoráveis a elas. Contudo, entre os países latino-americanos, não houve preocupação com a formação de uma identidade latino-americana que respeitasse a diversidade cultural. Neste sentido, pode-se pensar que a constituição e a consolidação das identidades nacionais destes países podem ter sido um fator inibidor da própria integração e da formação da identidade latino-americana, uma vez que as identidades nacionais exprimem fronteiras que marcam o começo e o fim de uma comunidade.

Também vimos que o MERCOSUL, desde a sua constituição, preocupou-se com a Educação, embora esta preocupação não possa ser considerada um fator isolado dos demais processos de integração, que vinham ocorrendo simultaneamente em outros continentes. A Educação passou a ser um dos eixos importantes da transformação das economias e do perfil produtivo das integrações regionais.

Porém, quando se pensa em desdobramentos no contexto da sala de aula, que resultem na construção da identidade latino-americana e da integração regional, as respostas do questionário expõem sinais de que ainda se faz necessário um longo percurso para que seja possível promover tal construção.

Há que se questionar: o que o MERCOSUL Educacional e atualmente a UNASUL têm feito para que suas propostas cheguem às escolas? Se existe a compreensão de que elas são consideradas um espaço onde culturas regionais podem se constituir e atuar no sentido de uma efetiva consciência de integração regional, são necessários que a história e a cultura dos demais países cheguem até elas; é necessário fazer circular a produção acadêmica entre os países; é necessário colocar, como meta do MERCOSUL e da UNASUL, a formação continuada dos professores para divulgar, entre os Estados-Partes, o que tem sido produzido da historiografia latino-americana, a fim de que, no contexto da sala de aula, seja exposto um ensino da História menos fragmentado e marcado por permanências. Isto porque, da forma como se vêm construindo as várias tentativas de integração, elas não passarão de processos aduaneiros ou acordos comerciais, cujo papel tem sido muito mais de nos diferenciar do que propriamente nos integrar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MERCOSUL EDUCACIONAL. *Protocolo de Intenções*. 1991. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/en/documents/doc.../203-protocolo-de-intencoes>>. Acesso em: 05/12/2011.

BAGGIO, Kátia Gerab. As interpretações brasileiras sobre a América Latina: Breves reflexões. *II Seminário Bienal O Ensino de História e Geografia no Contexto do MERCOSUL*. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001231/123129mo.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2010.

BAROM. Wilian Carlos Cipriani. *Integração latino-americana e consciência histórica: a noção de pertencimento latino-americano de jovens brasileiros*. Tese. Ponta Grossa: UEPG, 2017. Disponível em: < http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1780>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CERRI, Luís Fernando. Dados quantitativos na reflexão didática de estudantes e professores de História. *Revista História Hoje*, vol. 5, nº 10, p. 138-158 – 2016.

_____. *Os jovens e a história - Aprofundando análises voltadas à divulgação e utilização do conhecimento*. Roteiro Descritivo do Projeto. Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N ° 18/2012, 2012.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. Nacionalismo e Estereótipos: A Imagem sobre a América nos Livros Didáticos de História no Brasil. In: DIAS, Maria de Fátima S. (Org). *História da América: ensino, poder e identidade* (pp. 49-64). Florianópolis: Letras Contemporânea, 2004.

FINOCCHIO, Silvia. Reflexões para uma proposta de trabalho sobre o ensino da História e da Geografia no marco do MERCOSUL. In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). *O Ensino de História e Geografia no Contexto do MERCOSUL* (pp.12-13). Brasília: MEC/SEF, 1998.

GADOTTI, Moacir. *O MERCOSUL educacional e os desafios do século 21*. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/O+Mercosul+educacional+e+os+desafios+do+s%C3%A9culo+21/b98ee8db-e3bf-4d8c-89ce-02229911a79e?version=1.1>>. Acesso em 12 jul. 2015.

HOBBSAWN, Eric John. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KOLING, Paulo José. O Ensino de História da América na Educação Básica: reflexões a partir dos livros didáticos e obras utilizadas em escolas públicas no Oeste do Paraná. *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória, 2008. Disponível em: < http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/paulo_koling.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

LEME, Álvaro Augusto Stumpf Paes. *A Declaração de Iguaçu (1985): a nova cooperação argentino-brasileira*. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8444/000575916.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 out. 2011.

MARRA, Teresinha Aparecida Mendes. Integração Latinoamericana e sua inserção no mundo globalizado. *Revista Mosaico*, v.1, n.2, p.245-260, jul./dez., 2008.

MOMMA, Adriana Missae. *As políticas educacionais brasileiras no contexto do MERCOSUL: perspectivas e desafios para o processo de integração*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.

PETITAT, André. *Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1986.

RAIZER, Leandro. NEVES, Clarissa Eckert Baeta. FACHINETTO, Rochele Fellini. Educação para a Integração: rumo ao Mercosul Educacional?. In: XIV Jornada de Jovens Pesquisadores da AUGM. *Empreendedorismo, Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Regional*. Campinas/UNICAMP, 2006.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001.

SANTIAGO, Léia Adriana Silva. *Ensino de História da América no Brasil e na Argentina (1995-2010): um estudo comparativo sobre a ótica da política de integração regional e da identidade latino-americana*. Tese. Curitiba: UFPR. 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2012/d2012_Leia%20Adriana%20da%20Silva%20Santiago.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O Brasil e a integração hemisférica: vertente histórica. *Em Aberto – MERCOSUL*; v. 15, n.68, out/dez 1995.

SILVA, Vera Lúcia Correa. *Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguaiana: as relações Brasil e Argentina (1958 a 1962)*. (Dissertação). Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5851>>. Acesso em: 15 out. 2010.

SILVA, Vitória Regina. *Concepções de História e de Ensino em manuais para o Ensino Médio brasileiros, argentinos e mexicanos*. Tese. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: < [file:///C:/Users/user/Downloads/TESE_VITORIA_RODRIGUES_SILVA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/TESE_VITORIA_RODRIGUES_SILVA%20(1).pdf) >. Acesso em: 13 dez. 2014.

SOUZA, Ivonete da Silva. Estudos Latino-Americanos: a história e construção de uma disciplina escolar. *Anais Eletrônicos do VII Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História*. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/hp-1/Desktop/4801-16328-1-PB.pdf >. Acesso em: 30 jul. 2017.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na América Latina. *Lua Nova*, n.78, São Paulo, 2009.